



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

MARCAS DE ORALIDADE EM PRODUÇÕES TEXTUAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO

Laurita Dias do Nascimento¹
lauritadias.ch@gmail.com

Dra. Paula Almeida de Castro²
emailsdapaula@gmail.com

Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa de mesmo nome vinculada ao Mestrado Profissional em Formação de Professores – MFP/UEPB, a partir de vivências e desafios observados na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma modalidade de ensino que acolhe um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis, que induzem ao mundo do trabalho precocemente. As inadequações do/ao sistema educacional também surgem como fatores relevantes para compreender os altos índices de evasão e repetência que encontramos nas turmas de EJA, principalmente quando a desistência do aluno acontece pelo que é entendido como fracasso escolar, sobretudo nos primeiros ciclos, diante de um difícil processo de construção da escrita. Essa pesquisa foi desenvolvida com o olhar direcionado às marcas da cultura oral que se apresentam nas produções textuais dos alunos, onde esperamos contribuir para a distinção entre os tipos de erros na produção escrita: 1) erros relacionados à estrutura do código alfabético; 2) erros derivados da interferência de diferentes registros do português. De modo a verificar em que medida a avaliação do professor diante do erro do aluno assinala um acidente na construção da escrita ou um preconceito em face de um dialeto regional em particular.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB)

² Professora do Departamento de Educação da UEPB/Professora do Mestrado Profissional em Formação de Professores (PPGFP/UEPB), Orientadora da Pesquisa.



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

Longe de acreditarmos que o professor é o responsável pelo fracasso escolar do estudante, percebemos em sua ação pedagógica a força motriz capaz de fazer frente a uma tentativa estrutural de homogeneização dos sujeitos. No entanto, ficou um questionamento: é possível que essa figura engajada em promover inclusão, manifeste inconscientemente um preconceito linguístico ante as marcas de oralidade na escrita dos estudantes?

Para a construção desse texto, nosso esforço teórico reuniu contribuições dos estudos de Bagno (1999), Senna (2008) e Fagundes (2010), bem como as orientações presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais direcionadas à temática. O texto tem base na pesquisa qualitativa, de base etnográfica, por meio de estudo de caso.

O preconceito linguístico e a busca por sujeitos ideais

Na sociedade como um todo, é fácil percebermos a presença de padrões ditando comportamentos e, sobretudo, disseminando uma cultura onde quem não se enquadra vive marginalizado. Isso implica não apenas em dizer que os espaços sociais não provocam sensação de pertencimento em algumas pessoas, mas que esses sujeitos também são alvo de preconceitos os mais diversos ao exercerem seu modo de se expressar e estar no mundo. É acerca dessa ideia de “padrão” que também podemos refletir sobre os modos como a escola entende o aluno e o que espera dele. Ler e escrever são as bases da educação escolar, e também de um padrão intelectual que corrobora para a conformação do sujeito cartesiano³ na escola.

No campo da sociolinguística, um conceito relevante para a compreensão dessa realidade no nosso trabalho é o que trata do preconceito linguístico. Partindo de uma definição simples de dicionário, preconceito é um

³A ideia de sujeito cartesiano deriva-se do pensamento Racionalista inaugurado por Renè Descartes, que atribui à Razão humana a capacidade exclusiva de conhecer e de estabelecer a Verdade. O Racionalismo coloca a Razão numa posição de centralidade, independente da experiência sensível. Faz também suposições acerca de uma estrutura mental inata, onde o pensamento é capaz de ser expresso a partir da linguagem.



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

juízo pré-concebido, que se manifesta numa atitude discriminatória, perante pessoas, crenças, sentimentos e tendências de comportamento. Na sociedade como um todo, bem como no ambiente da escola, o preconceito linguístico também ocorre quando se estabelece uma dificuldade de tolerância entre diferentes manifestações da escrita. Segundo Bagno,

(...) O que habitualmente chamamos de português é um grande “balaio de gatos”. (...) Cada um desses “gatos” é uma variedade de português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade lingüística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão. (1999, p. 18-19).

Para o autor, a norma padrão é o modelo idealizado de língua “certa”, descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa. Essa reflexão traz à tona o fator central dessa pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao mito de unidade do português, no qual se assenta um padrão que rotula a diversidade como erro, por mais que ela se apresente com lógica e funcionalidade. Corroborando com esse pensamento, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – nos trazem a seguinte contribuição:

O preconceito linguístico, como qualquer outro preconceito, resulta de avaliações subjetivas dos grupos sociais e deve ser combatido com vigor e energia. É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. (BRASIL, 1998, p.82).

Essa visão também presente nos PCNs, de que a variação linguística é própria da história e cultura humanas, também alicerçou a necessidade de um estudo acerca de como o professor lida com sua ocorrência nas produções escritas dos alunos. Esse ponto é fundamental para pautar ações pedagógicas e pensar a formação de professores numa perspectiva verdadeiramente inclusiva, já que durante a correção de um texto escrito que contém “pseudo erros” marcados pelo dialeto regional e, portanto, pela oralidade do aluno, o professor pode: 1) Promover inclusão legitimando um saber de base cultural, que é tido como uma forma outra de expressão escrita – mas que não é



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

enquadrada como erro; 2) Reproduzir e consolidar conceitos de incompetência intelectual, atestando o erro do aluno e, portanto, promover mais exclusão.

Nesse sentido, Fagundes (2010) aponta a necessidade de observar as questões de ordem social, cultural, política e econômica para compreender o erro na escrita do aluno, sobretudo a construção de um tipo de sujeito ideal assentado na Ciência e na Modernidade. Pela constituição da sociedade brasileira, esse indivíduo emerge como não-sujeito do ponto de vista cartesiano, com uma visão de mundo marcada pela interculturalidade.

Inserido numa cultura de oralidade, o estudante chega à escola e se depara com uma estrutura que nem sempre está preparada para reconhecer e estimular suas capacidades intelectuais. Diante da impossibilidade de adequação, pouco custa para esse jovem ou adulto deixar a escola, já que ele possui mecanismos consolidados de inserção em seu meio social, independente da cultura escolar. Na visão de Senna,

Em boa parte, a história do fracasso escolar no Brasil construiu-se em paralelo com a história do conceito social de sujeito das escolas públicas e dos preconceitos que, quero crer, inconscientemente, o povo brasileiro tem desejado perpetuar, dentro e fora da escola, por meio de inúmeros mecanismos de exclusão e banimento (2008, p.4).

As discussões sobre as formas de marginalização do sujeito real da educação pública, assumiram papel importante em nossas reflexões por constituir-se fator de grande peso para a evasão escolar. São alunos que abandonam a escola para tempos depois retornarem aos seus bancos na Educação de Jovens e Adultos, com traços de uma cultura narrativa e não-cartesiana bem mais aguçados.

Considerações finais

A pesquisa está em processo de conclusão e foi realizada em uma escola estadual da zona urbana, situada no bairro Castelo Branco, na zona sul do município de João Pessoa-PB, onde atuo como professora de História. Para a realização do trabalho de campo, foram utilizados textos produzidos nas aulas de História, onde as marcas da cultura oral aparecem com muita



IV ENID

IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB
21 e 22 de novembro de 2014

ENFOPROF

II Encontro de Formação de Professores da Educação Básica

recorrência na expressão escrita dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental da EJA. Foram selecionadas 4 (quatro) produções textuais para serem corrigidas pelas duas professoras da escola que atuam no Primeiro Segmento da EJA, o que corresponde à escolaridade até O 5ºano do Ensino Fundamental.

Para o processo de análise dos dados foram utilizadas as falas dos sujeitos participantes da pesquisa – os professores – que a partir das correções produzidas e das explicações fornecidas subsidiaram a emergência das categorias temáticas desse trabalho. Igualmente, a leitura das produções textuais dos alunos e a observação da recorrência das marcas de oralidade na escrita destes orientou o entendimento acerca do objeto de estudo. De modo que, alinhando a recorrência das marcas de oralidade nas produções textuais dos alunos e as explicações fornecidas a partir das correções, foi possível caracterizar a intervenção pedagógica dessas professoras e analisar se elas atentam para a particularidade da motivação do erro, se aquele modo de expressão textual é reconhecido ou não como uma forma legítima de escrita, e se a identidade dos sujeitos de tradição oral é reforçada ou tida como objeto alvo de preconceito linguístico.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. - **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. . Brasília: MEC/SEF, 1998.

FAGUNDES, T. B. 2010. **O aluno e sua escrita: a construção do sujeito ideal e a negação do sujeito real**. In: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Painel "Políticas públicas de letramento, formação de professores e inclusão sócio-cultural", 2010, Belo Horizonte, MG. Anais do. ISBN: 21773360. p.: 2 a 13.

SENNA, L.A.G. 2007. **Letramento, Princípios e Processos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

2008. **Formação docente e educação inclusiva**. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a09v38n133.pdf> Acessado em 27 de setembro/2012